

## SUMÁRIO

Autores constantes dessa obra .....	11
Apresentação .....	13
Presentación .....	15
Presentazione .....	17

## INSTRUMENTOS CONSTITUCIONAIS DE GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS, 19

### A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

#### GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO E JUDICIALIZAÇÃO

Fernando Facury Scaff, 21

1. Os Direitos Sociais na Constituição Brasileira .....	22
2. A <i>garantia financeira</i> para efetivação dos Direitos Sociais .....	24
3. A Efetivação <i>Judicial</i> dos Direitos Sociais no Brasil .....	29
4. A disputa por verbas públicas e a captura do orçamento social pela judicialização das demandas individuais .....	35
5. Um exemplo de Judicialização “Social” e não “Individual” .....	40
Conclusões .....	42

### LOS DERECHOS SOCIALES (INSTRUMENTOS DE GARANTÍA EN LA CONSTITUCIÓN ESPAÑOLA)

Miguel Revenga Sánchez, 43

### I DIRITTI SOCIALI NELLA COSTITUZIONE ITALIANA E GLI STRUMENTI DI GARANZIA

Paolo Caretti, 53

1. I diritti sociali nel dibattito in Assembleia costituente .....	54
2. Il catalogo costituzionale dei diritti sociali .....	55
3. A chi spetta l'implementazione dei diritti sociali .....	56
4. La natura dei diritti sociali .....	56
5. Le garanzie dei diritti sociali .....	57
Considerazioni conclusive .....	67

# A JUSTICIABILIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS NO ÂMBITO SUPRANACIONAL, 69

## EL SISTEMA DE PROTECCIÓN DE LOS *DERECHOS SOCIALES* EN EL MARCO DEL CONSEJO DE EUROPA

Itziar Gómez Fernández, 71

1. La discusión de la premisa: ¿por qué hablar de un sistema de protección de los *derechos sociales* en el Consejo de Europa? ..... 72
2. El sistema creado para la garantía de los *derechos sociales* en el COE: la Carta de Turín y el Comité Europeo de *derechos sociales* ..... 74
3. La prueba de la indivisibilidad de los derechos: la garantía de los *derechos sociales* por el Tribunal Europeo de Derechos Humanos ..... 81
4. Un ejercicio de real-utopía ..... 91

## IL SISTEMA DI PROTEZIONE DEI DIRITTI SOCIALI NELL'AMBITO DELL'UNIONE EUROPEA

Pasquale Costanzo, 93

1. Premessa ..... 94
2. Estraneità del tema dei diritti sociali ai trattati fondativi ..... 95
3. L'ingresso della coesione economica e sociale nel Trattati e la posizione regressiva dei diritti sociali ..... 97
4. "La faticosa marcia dei diritti sociali" da Maastricht a Colonia ..... 99
5. La protezione dei diritti sociali nella Carta di Nizza (in particolare, i diritti del lavoro) ..... 100
6. *Segue*: (in particolare, i diritti extralavorativi) ..... 103
7. I diritti sociali nel Trattato costituzionale e nel Trattato di Lisbona ... 105
- Brevi considerazioni conclusive ..... 108
- Nota bibliografica ..... 110

## A PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO SISTEMA AMERICANO

Luiz Alberto David Araujo, 113

- "ONU inspecionará reserva em Roraima" ..... 114
- Introdução ..... 114
1. O sistema de proteção dos direitos humanos na OEA ..... 115

2. Dos casos julgados pela Comissão em 2007 .....	123
3. Das sentenças da Corte .....	124
4. Da falta de menção do Protocolo adicional à convenção americana sobre direitos humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais – Protocolo de São Salvador .....	124
5. Voltando para o texto de abertura .....	125
Conclusões .....	125
Referências bibliográficas .....	126
Sites consultados .....	126

## RECONHECIMENTO E EFICÁCIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO, 127

### IL DIRITTO ALL'ISTRUZIONE (TEMI E PROBLEMI)

**Antonio Ruggeri, 129**

1. Il problema definitorio: le due nozioni di “istruzione” e le due prospettive da cui possono essere indagate .....	130
2. I soggetti titolari del diritto e le implicazioni che si danno tra quest'ultimo ed altri diritti o interessi <i>costituzionalmente</i> protetti .....	133
3. Il riparto delle competenze in ordine alla disciplina dell'istruzione e le istituzioni preposte a svolgere i relativi servizi .....	135
4. <i>Pubblico e privato</i> nell'organizzazione dei servizi scolastici .....	136

### EL DERECHO A LA EDUCACIÓN EN EL ORDENAMIENTO ESPAÑOL

**Emilio Pajares Montolío, 139**

1. La diversidad de contenidos en el reconocimiento constitucional del derecho a la educación .....	140
2. Desarrollo legislativo y jurisprudencia constitucional en la configuración de los derechos educativos .....	142
3. Algunas características generales del derecho a la educación .....	145
4. La programación de la enseñanza: planificación y derechos .....	146
5. El régimen de la enseñanza básica .....	149
6. Los fines de la educación .....	152
7. El derecho a elegir formación religiosa y moral .....	153
8. La libertad de enseñanza: características generales .....	156

9. La libertad de creación de centros docentes .....	156
10. La autonomía universitaria .....	163
Orientación bibliográfica .....	165

**EL DERECHO A LA EDUCACIÓN MULTICULTURAL EN EL ESTADO BRASILEÑO**  
**Ana Maria D'Ávila Lopes, 167**

Introducción .....	168
1. El Multiculturalismo y la Diversidad Cultural .....	168
2. La Protección de la Diversidad Cultural en la Constitución Federal Brasileña de 1988 .....	172
3. El Derecho a la Educación Multicultural en el Estado Brasileño ....	177
Conclusión .....	186
Referencias Bibliográficas .....	186

**RICONOSCIMENTO ED EFFICACIA DEL DIRITTO ALLA EDUCAZIONE IN ITALIA**  
**Michele Carducci, 189**

1. Premessa linguistica e normativa .....	190
2. Natura delle norme costituzionali sulla educazione .....	192
3. Rifiuto del "compromesso scolastico" .....	195
4. Libertà di educazione e libertà della scuola .....	197
5. L'educazione come "servizio pubblico obbligatorio e gratuito" .....	199
6. I rapporti tra Stato e Regioni .....	204
7. Rete scolastica e parità tra scuole .....	207
8. Parità tra scuole e principio di uguaglianza .....	208
9. Università e principio di uguaglianza .....	209

**RECONHECIMENTO E EFICÁCIA DO DIREITO À SAÚDE, 211**

**IL DIRITTO ALLA SALUTE NELL'ORDINAMENTO COSTITUZIONALE ITALIANO**  
**Roberto Romboli**  
**Maria Pia Larnè, 213**

Parte I .....	214
Parte II .....	231
Bibliografia Essenziale .....	254

**PROBLEMAS DA JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL**  
**Antonio Moreira Maués, 257**

1. Boas e Más Notícias .....	258
------------------------------	-----



2. O resgate do indivíduo e o seqüestro da sociedade .....	262
3. Princípios Constitucionais do Direito Sanitário .....	266
4. Repensando a judicialização do direito à saúde .....	270
Referências Bibliográficas .....	272

## COMUNICAÇÕES, 275

### ORÇAMENTO PÚBLICO E O IMPLEMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS – DISCUSSÃO ACERCA DA VINCULATIVIDADE E CONTROLE Francisco Sérgio Silva Rocha, 277

### A EFETIVIDADE DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL ENTRE O ORÇAMENTO, O FINANCIAMENTO E AS DECISÕES INDIVIDUAIS Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff, 289

Considerações Iniciais .....	290
1. O Direito Fundamental à Saúde na Constituição de 1988 .....	291
2. Constituição Federal e o Orçamento .....	295
3. Direito à Saúde: O Supremo Tribunal Federal .....	296
4. Direito à Saúde. Orçamento. Verbas Públicas. Decisões Judiciais Individuais .....	299
Conclusão .....	301
Referências bibliográficas .....	302

### DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA Rosemary Pereira de Oliveira, 305

Introdução .....	306
1. Direito Sexual e Direito Reprodutivo – Conceitos .....	306
2. O Direito Reprodutivo e o Planejamento Familiar no Brasil .....	309
3. A Constituição Federal Brasileira de 1988 e os Direitos Reprodutivos .....	311
4. Envelhecimentos x Diminuição da Natalidade – O Contexto Brasileiro Atual .....	313
5. A Garantia dos Direitos Reprodutivos através do Acesso as Técnicas de Reprodução Medicamentosa Assistidas, na realidade brasileira .....	318
Referências bibliográficas .....	323

**A INCLUSÃO DA DISCIPLINA PATRIMÔNIO CULTURAL NA FORMAÇÃO  
DO INDIVÍDUO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO  
DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO**  
Francisco Luciano Lima Rodrigues, 325

**O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E A SUA  
RELAÇÃO COM OS DIREITOS SOCIAIS**  
Joyceane Bezerra de Menezes, 333

Introdução .....	334
1. O direito ao desenvolvimento da personalidade – interface do princípio da dignidade da pessoa humana .....	334
2. A referência necessária aos direitos sociais como instrumentos essenciais ao desenvolvimento da personalidade .....	340
Conclusão .....	349
Referências bibliográficas .....	350

**A ORDEM ECONÔMICA E O ACESSO À EDUCAÇÃO. CONDIÇÃO ESSENCIAL  
PARA O EFETIVO EXERCÍCIO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**  
Gina Marcílio Pompeu, 351

Introdução .....	352
1. Personalidade, Dignidade Humana e Efetivação dos Direitos Sociais .....	354
2. O Acesso à Educação como Fator Essencial à Formação da Personalidade .....	357
3. Controle Social para a Efetivação do Direito à Educação .....	358
4. Democratização Econômica e Dignidade Humana .....	359
Conclusão .....	361
Referências bibliográficas .....	366